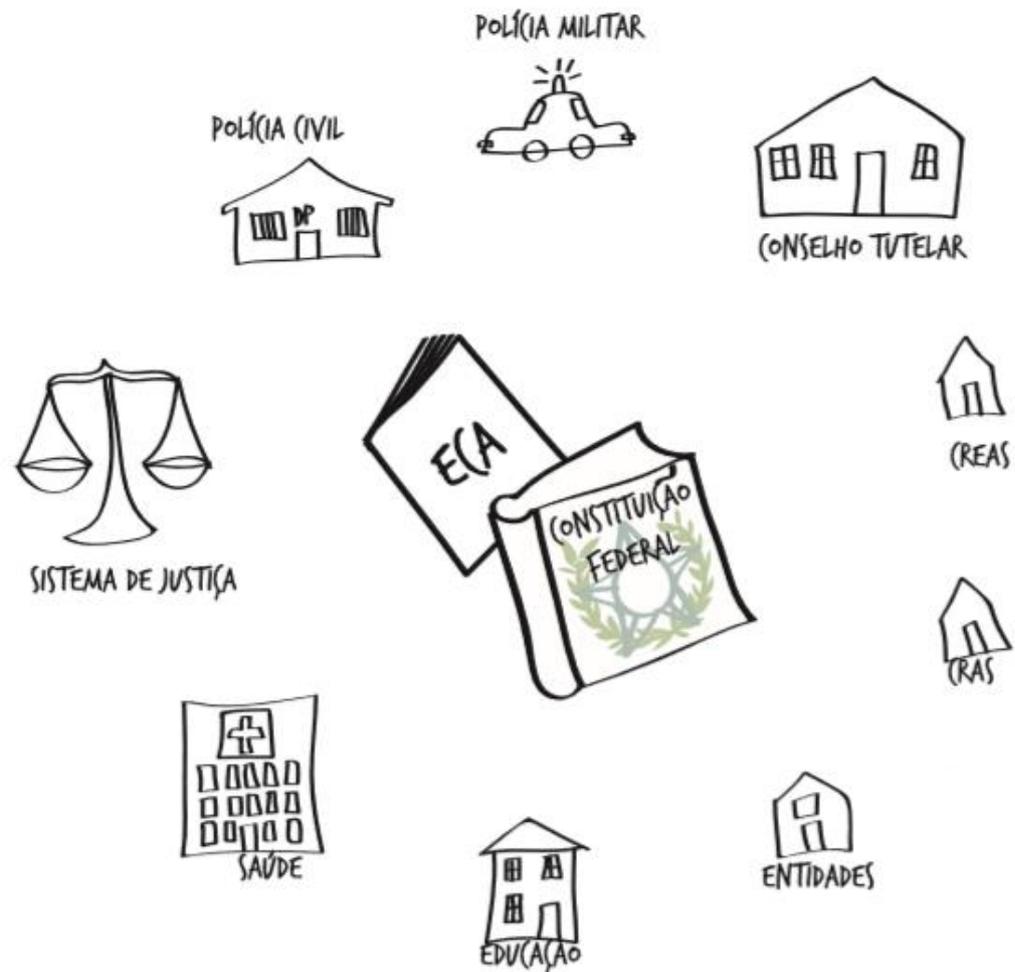


Oficina Inicial, 15/03/18

Diagnóstico Situacional da Criança e do Adolescente Indaiatuba



FONTE: Fundação Telefônica, Conhecer para Transformar, 2011.

Realização:



Apoio:



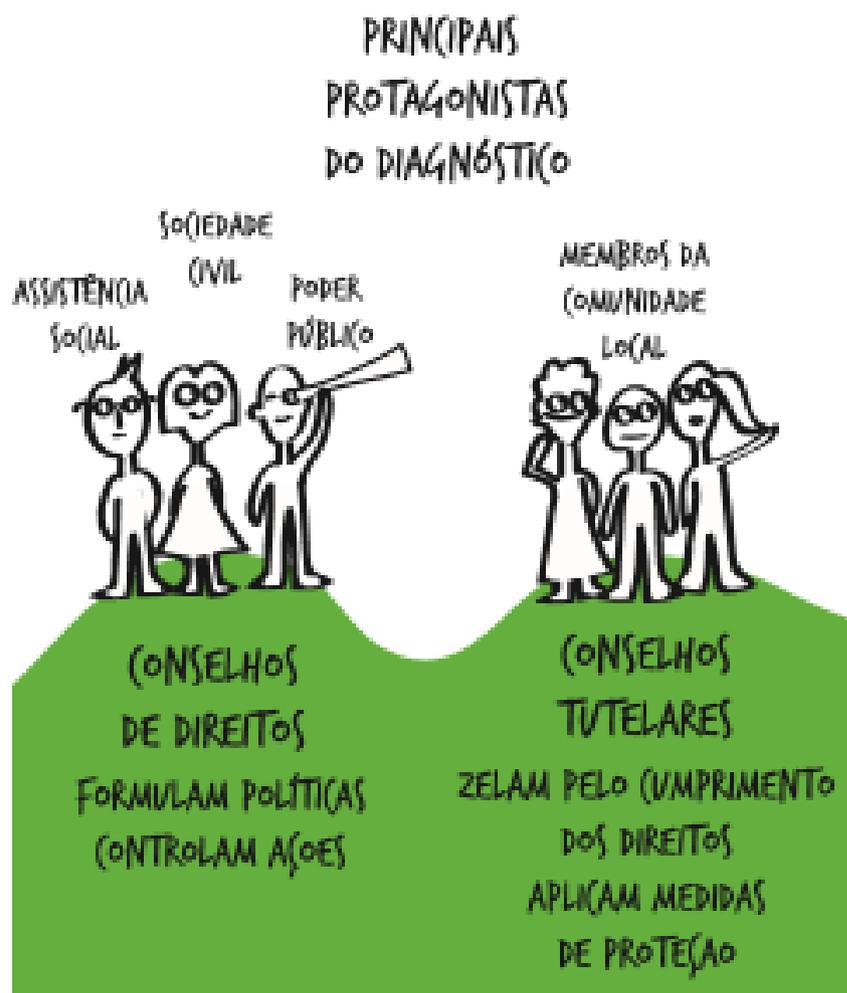
Para quê fazer um diagnóstico?

Políticas de desenvolvimento humano demandam esforços de todos: da gestão pública, da sociedade civil e do setor privado. Este é o espírito que deve permear a promoção dos direitos de crianças e adolescentes. O sucesso de qualquer iniciativa depende de pontos fundamentais: o conhecimento da realidade, a elaboração de planos bem construídos, o alcance do público beneficiário, o controle e o monitoramento das ações, etc.

Para tanto, todo processo necessita de cuidado e acompanhamento, evitando que, o que foi produzido não seja “apenas mais um documento” e, na pior das hipóteses, um documento desacreditado, sem bons resultados para o município.

A efetivação dos direitos humanos se constrói no dia a dia da municipalidade e vai aos poucos, produzindo transformações sociais que melhoram a qualidade de vida da população. No caso dos direitos humanos de crianças e adolescentes, cabe ao Conselho Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes a tarefa de coordenar o planejamento e o controle dessa política e, para fazê-lo, necessita produzir um bom diagnóstico da situação da criança e do adolescente de seu município.

Como fazer um diagnóstico?



FONTE: Fundação Telefônica, Conhecer para Transformar, 2011.

- ✓ O principal ponto de partida são os **Conselhos**.
- ✓ O Diagnóstico é feito de **DENTRO PARA FORA**, até alcançar todo o SGDCA.
- ✓ As oficinas são desenvolvidas de modo **participativo**.
- ✓ Promove o diálogo colaborativo e pressupõe o **protagonismo** dos atores locais.
- ✓ Os participantes olham para os **problemas** e **potencialidades** da rede de atendimento.

Quais as etapas do diagnóstico?

MAPA DO CAMINHO:





indaiatuba.municpiovivo.com.br

As informações serão coletadas através de fontes públicas e locais:



Quais questões o diagnóstico pode responder?

- ❑ O diagnóstico pode responder quais são as características socioterritoriais do município.
- ❑ O diagnóstico pode realizar o mapeamento de violações de direitos.
- ❑ O diagnóstico pode disponibilizar indicadores comparativos com microrregião, estado e país.
- ❑ O diagnóstico pode indicar uma maneira inteligente de utilizar, na prática, dados que já possuímos.
- ❑ O diagnóstico pode respaldar o CMDCA e outros órgãos no planejamento de serviços e políticas para crianças e adolescentes.
- ❑ O diagnóstico pode dar eficiência à gestão dos recursos, impactando diretamente na realidade de crianças e adolescentes.
- ❑ O diagnóstico pode favorecer o diálogo e a prática intersetoriais.



Visita de reconhecimento

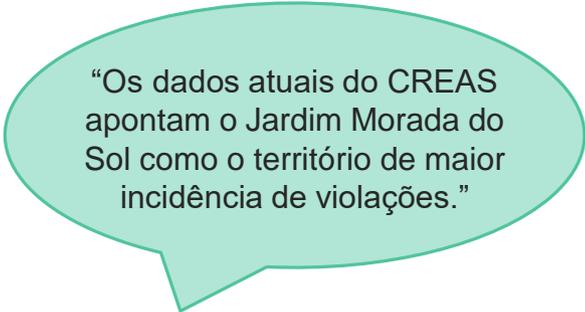
O primeiro contato entre a Comissão de Diagnóstico e a equipe da ORION aconteceu no dia **08/02/2018**. **A proposta do encontro foi reduzir distâncias, compartilhar o caminho percorrido até o momento pelo grupo, e alinhar princípios e objetivos do processo de Diagnóstico.**

Estiveram presentes Viviane Barnabé, Presidente do CMDCA e representante do SEMFABES; Maria de Moraes, Presidente do CMAS e Diretora do Serviço de Proteção Especial da SEMFABES; Jéssica F. Fagundes e Sr. Manoel C. Fernandes, coordenadores dos Conselhos Tutelares 1 e 2; além de Tatiana e Patrícia M. Borini Brancaglion, ambas representando organizações da Sociedade Civil, sendo elas a APAE e a ABID, respectivamente. Giany Póvoa e Lícia Fígaro representaram a ORION.

Começando a conversa...

O Diagnóstico da situação da criança e do adolescente de Indaiatuba se dará diante do seguinte cenário inicial:

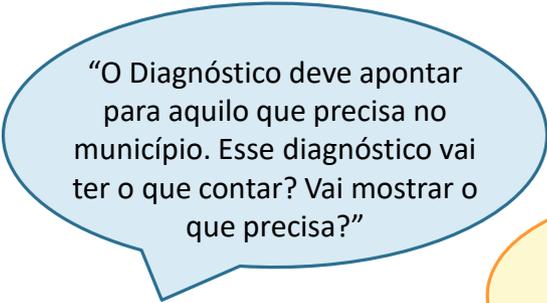
- ✓ No ano de 2017, foi concluído o Fluxo de Acolhimento Institucional, que foi divulgado à rede por meio dos CRAS. Sua elaboração aconteceu no decorrer de 2 anos;
- ✓ Acredita-se que o bairro de maior vulnerabilidade, atualmente, seja o João Poli. Um único Conjunto Habitacional agregou cerca de 15 mil pessoas;
- ✓ O Bairro mais populoso é o Jardim Morada do Sol, com aproximadamente 80mil hab.;



“Os dados atuais do CREAS apontam o Jardim Morada do Sol como o território de maior incidência de violações.”

Visita de reconhecimento

- ✓ Após mobilização do CMDCA e da SEMFABES, foi possível a implantação do 2º Conselho Tutelar. Realizou-se um levantamento junto às escolas e demais órgãos da rede, para verificação dos territórios de maior incidência de violações de direitos. A partir das informações obtidas é que definiu-se a localização do novo Conselho;
- ✓ A última arrecadação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Indaiatuba totalizou aproximadamente R\$ 1.200.000,00;
- ✓ Os dados de Acolhimento Institucional são facilmente quantificáveis, pois já possuem os dados detalhados;
- ✓ Há relatórios mensais da Proteção Básica e Especial;
- ✓ Estamos com sobrecarga de trabalho;



“O Diagnóstico deve apontar para aquilo que precisa no município. Esse diagnóstico vai ter o que contar? Vai mostrar o que precisa?”



“Queremos um Plano aplicável!”

- ✓ O CMDCA e o CT valorizam a atuação do CRAS enquanto importante referência para as famílias;
- ✓ Há necessidade de sensibilização para a participação no diagnóstico;
- ✓ Será implantado em breve um sistema que integrará informações da rede de atendimento de crianças e adolescentes;
- ✓ A COMDCA já dispõe do Plano Municipal de Convivência Familiar e Comunitária, Plano de Medidas Socioeducativas (SINASE), PMAS, e dos Fluxos de Acolhimento Institucional e de Violência Doméstica.

Oficina Inicial

No dia **15/03/2018** estiveram presentes para a realização da Oficina Inicial do Diagnóstico da situação de crianças e adolescentes do município 16 integrantes da rede de atendimento, em sua maioria integrantes do CMDCA:

- Gerson Luiz Vieira - COMAD/ Secretaria de Esportes;
- Manoel C. Fernandes - Conselho Tutelar 2;
- Acarí da Silva Quintino - CMDCA;
- Matheus A. Machado da Silva - Serviço de Acolhimento MANAEM;
- Eva Maria Ferreira - CMDCA;
- Flávia Cristiane de Araújo - CMDCA/ Educandário;
- Patrícia M. Borini Brancaglioni - CMDCA/ABID;
- Francisca Ferreira de Souza - CREAS;
- Sandra Maria de Moraes - Diretora SEMFABES;
- Elisabete Cristina Canil - CMDCA;
- Viviane Roberta Barnabé - CMDCA/ SEMFABES;
- Josiane F. Martins - CMDCA/ Sec. de Saúde;
- Adelita B. de Fraia - CMDCA/ FEAS;
- Jéssica F. Fagundes - Conselho Tutelar 1;
- Vilian Cristina Gabetti - CAPSi;
- Janaína L. da Silva - CMDCA/ UPA;



“Diagnóstico é um processo, não é só um quantitativo.”



Cuidados para um bom diagnóstico:

- **Mobilizar a rede:** Convocar conselheiros; Enviar convites com antecedência; Pedir apoio aos técnicos das entidades (escala de visitas); Sensibilizar presidentes e Secretários; Cuidar da comunicação;
- **Manter fidelidade à realidade:** Identificar prioridades; trazer transparência; apontar novas necessidades;
- **Fazer eventos enxutos:** Enviar ofício explicativo; levantar propostas;
- **Validar com a rede:** Trazer mais entidades; envolver sempre os conselheiros;
- **Efetivá-lo em políticas:** Criar um “ambiente diferente”, para que juntos se possa fazer a diferença!
- **Assumir um compromisso de continuidade:** O discurso dos resultados tem que ser constante; fazer evento de fechamento.



“É importante não perdermos o foco, não olhar só o dado, mas a realidade do município: o que está afetando aquela região? Depois, temos que fazer o acompanhamento, dar seguimento.”



Olhando para a realidade e definindo o processo:

A equipe Orion esteve representada por Antonio Luiz, Giany Póvoa, David Pagliotto e Lícia Fígaro. Foi proposto um exercício prático em que cada participante registrou, individualmente, três perguntas que o diagnóstico deveria responder. Em seguida, as perguntas foram agrupadas em um grande quadro, em colunas, ou “espinhas dorsais”, organizadas por afinidade de conteúdos, e, por fim, estabeleceu-se títulos perguntas para essas colunas. Cada título/coluna representa uma pergunta definida em consenso que norteará o processo de Diagnóstico.

Em uma segunda etapa, com o objetivo de delinear a etapa de coleta, foram formados 4 grupos, e para cada título pergunta os participantes foram convidados a elencar:

- Quais dados precisamos coletar?
- Onde os dados estão?
- Quem pode ajudar na coleta?

QUE PERGUNTAS
O DIAGNÓSTICO
DEVE RESPONDER?



Quadro 1: Perguntas iniciais e definição do processo

PERGUNTAS	QUAIS DADOS PRECISAMOS COLETAR?	ONDE OS DADOS ESTÃO?	QUEM PODE AJUDAR NA COLETA?
1. Em que território se concentra o maior número de violações de direitos?	Nº de atendimentos que envolvam violações, por território;	Conselho Tutelar, CRAS, CREAS, CAPS ad e CAPSi, MP, Judiciário, Delegacias, Secretaria Estadual de Educação, SINAN, OSCs, Sistema Saber;	Conselheiros Tutelares e Assistentes Sociais (CRAS, CREAS e CAPS) e demais técnicos da rede.
2. Quantas crianças e adolescentes estão envolvidas com o uso/abuso de drogas?	Nº de atendimentos que envolvam uso de drogas;	Conselho Tutelar, CRAS, CREAS, CAPS ad e CAPSi, MP, Judiciário, Delegacias, Secretaria Estadual de Educação, SINAN, OSCs, Sistema Saber;	Conselheiros Tutelares e Assistentes Sociais (CRAS, CREAS e CAPS), Coordenadores de Postos de Saúde, Presidente COMAD e demais técnicos da rede.
3. Quais são as principais violações de direitos de crianças e adolescentes de Indaiatuba?	Todos os tipos de violações;	Conselho Tutelar, Educação Pública e Privada, Saúde, Ass. Social, Terceiro Setor, Esporte, M.P., Judiciário;	Atores das áreas destacadas acima.

PERGUNTAS	QUAIS DADOS PRECISAMOS COLETAR?	ONDE OS DADOS ESTÃO?	QUEM PODE AJUDAR NA COLETA?
4. Qual o perfil da criança e adolescente que chega à proteção básica e especial, incluindo o abuso sexual?	Faixa etária, gênero, região, escolaridade, renda familiar, etnia, inserção em serviços, programas, projetos e benefícios;	Idem ao anterior;	Idem ao anterior.
5. Como fortalecer a participação da comunidade nas ações de proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes?	Identificar/quantificar os espaços e os recursos de participação comunitária;	Escolas, CRAS, Comunidades Religiosas, OSCs, UBSs, PSFs, Associações de Bairro;	Equipe escolar, profissionais de cada unidade e representantes da comunidade.
6. Quais os problemas identificados na Educação nos ensinos Fundamental e Médio?	Aspectos culturais, violência, dependência química, evasão escolar, exploração do trabalho infanto-juvenil;	Escolas Municipais e Estaduais e Famílias;	Equipe escolar e família.
7. Qual o papel dos atores da rede pra fortalecer, integrar e garantir direitos de crianças e adolescentes de Indaiatuba?	Aplicação de questionário (com identificação do local, descrição dos serviços e descrição de como atua no fortalecimento da rede);	Em toda a rede;	Técnicos e trabalhadores do SGDCA, da rede socioassistencial, das Políticas Públicas direcionadas a crianças e adolescentes.

Considerações

À luz das questões formuladas, os participantes compartilharam suas percepções sobre o funcionamento atual da rede:

- Preocupam os casos de violência sexual e uso abusivo de drogas;
- É preciso dar mais atenção para os territórios;
- Precisamos dar atenção à Educação;
- Desconhecemos as principais violações de direitos de crianças e adolescentes;
- As políticas públicas mostram-se fragmentadas – é preciso garantir a intersetorialidade;
- Há preocupação com a família;
- A comunidade é presente, mas o protagonismo, o envolvimento, é insuficiente. Esse é um desafio.
- A relação da rede com a comunidade e com as famílias precisa ser trabalhada.



“Como Conselho Tutelar a gente recebe de tudo.. Conversando com os técnicos, a gente percebe que há uma angústia para entender o que está acontecendo, onde precisa ser melhorado. O diagnóstico é o momento de parar para analisar.”



“Estamos colocando esforço naquilo que é prioridade?”

Obrigado(a)!

Se você quiser entrar em contato com a ORION:



www.oriongestao.com.br

+55 (18) 3643 1281

contato@oriongestao.com.br

licia.figaro@oriongestao.com.br